PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. CAPITÃO ALBERTO NETO)

Altera o artigo 25 do Decreto-Lei n.
2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código
Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art.25 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Art.2º O art. 25 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Legítima defesa

Art.25 Entende-se em legítima defesa quem, usando da força necessária, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.” (NR)

Art.3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da presente proposição é atualizar a conhecida excludente de licitude legítima defesa, a fim de proteger a atuação dos agentes de segurança pública, para que possam se defender, em serviço, fazendo uso da força necessária para repelir injusta agressão.

Cabe ressaltar que os policiais, a fim de que possam exercer de maneira esmerada a sua função, passam por treinamento acerca de modelos específicos de utilização do uso progressivo da força, com base na avaliação da atitude do suspeito e percepção do risco.

Não se afigura razoável que, diante do armamento e articulação das organizações criminosas, seja exigido dos agentes de

segurança pública o uso moderado da força, ou a aferição, *in concreto*, da sua razoabilidade ou proporcionalidade, a fim de caracterizar a legítima defesa.

Conquanto se considere o bom senso dos operadores do Direito ao deparar-se com um caso concreto de legítima defesa e uso da força pela polícia, é necessária a mudança legislativa, a fim de adequar o Código Penal à resposta que as forças policiais precisar dar à criminalidade organizada nos dias atuais.

Dessa forma, é imperiosa a aprovação da alteração legislativa ora proposta, a fim de não criminalizar atos de uso da força necessária para afastar agressão que está ocorrendo ou está prestes a ocorrer, permitindo que os agentes de segurança pública possam se proteger adequadamente da criminalidade organizada e desempenhar melhor suas funções.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 02 de MAIO de 2019.

Capitão Alberto Neto
Deputado Federal PRB